



Seminário

Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente | II Simpósio Educação, Formação e Trabalho

TÍTULO: Por que, como e quando dar voz a criança na Educação Infantil?

Cláudio Márcio Magalhães¹
Drielen Mota Vieira dos Santos²

Resumo

A proposta é apresentada como projeto de pesquisa de mestrado, que se encontra em andamento. O tema visa incentivar, orientar e avaliar a premissa da amplitude da participação social, e uso do território ocupado por crianças entre 4 e 5 anos de idade, com incentivo a escuta ativa e de qualidade dessa criança por meio de seu olhar sobre o espaço que ocupa. Pautada na Base Nacional Comum Curricular, que incentiva e orienta a visão do(a) aprendente sobre o contexto o qual está inserido(a), permitindo a prática cidadã, tal concepção é concebida na geografia da infância e nos estudos sobre a vivência e a experiência da criança. Assim, como relevância para a Educação Infantil, também vislumbra a oportunidade de ter escuta ativa sob a voz do infante estabelecendo como dever ouvi-lo e apoiá-lo em seu lugar de fala. Com isso, acredita-se que as crianças conseguem perceber o espaço ocupado e podem agir de maneira ativa na construção desse território, exercendo papel relevante sobre as necessidades do lugar e seu contexto sócio-histórico. O estudo será embasado nas concepções de infância, cidadania e escuta ativa. A metodologia consiste em pesquisa bibliográfica e análise dos dados para a prática da escuta à criança e grupo focal (roda de conversa). Espera-se vislumbrar o olhar apresentado pelas crianças no contexto social, a vistas de verificar as necessidades do território o qual ocupa e propor modificações nesse local possibilitando melhorias na qualidade de vida daquela comunidade.

Palavras-chave: Criança, Cidadã, Escuta Ativa.

Introdução

Professor Doutor Orientador no mestrado em Desenvolvimento Local, Educação e Gestão Social no centro Universitário UNA. E-mail: claudio.marcio@prof.una.br

² Mestranda em Desenvolvimento Local, Educação e Gestão Social no centro Universitário UNA. Graduado em Pedagogia pela PUC - Minas. E-mail: dacpe@outlook.com

A criança do século XXI é atuante na sociedade. Possui voz ativa e opina em diversos setores. Todavia, é necessário avaliar sua atuação em vistas a escuta oferecida pelo adulto. Em partes, apesar de poder participar, as ideias estabelecidas pelas crianças são vistas como pouco relevantes pelos grupos os quais fazem parte.

Vislumbrando esse contexto, o artigo proposto objetiva-se em discorrer sobre conceitos, teorias e recomendações a respeito das habilidades a serem desenvolvidas com os infantes, tendo em vista realizar a escuta de crianças de 4 e 5 anos de idade no âmbito educacional visando a formação da cidadania infantil.

É pertinente ressaltar que em função da pesquisa estar em andamento, aqui estão estabelecidos os referenciais norteadores para constituí-la. A partir de um breve histórico sobre a constituição da infância ao longo dos séculos, há reflexões em relação a importância que se foi dada a puerícia ao longo dos anos. No decorrer da pesquisa, pretende-se ainda realizar um experimento formativo de escuta ativa de crianças de 4 e 5 anos de idade em momentos de roda conversa visando a identificar estratégias que melhor se aplicam ao incentivo da participação ativa infantil.

Para elucidar tal conjuntura, foram escolhidos três autores Vigotski, Benjamin e Lopes, que trabalham com a dialética de maneira a apoiar uma proposta que possibilita qualificar a dinâmica sócio-histórica-cultural da infância e sua participação ativa como criada do território a qual se insere. Pela pretensão de consolidar a pesquisa no âmbito escolar, também é utilizada como referencial a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que norteia hoje a Educação Básica brasileira. Em seus pressupostos, a BNCC traz a valorização da criança como sujeito ativo e de direitos.

Como metodologia a ser utilizada para a pesquisa, além do referencial bibliográfico, objetiva-se realizar um grupo focal com infantes, em formato de roda de conversa, para apoiar tal participação e sugerir práticas para que a escuta à criança seja ativa. Pelo fato da pesquisa ser fruto de um mestrado profissional, como produto, pretende-se estruturar um relatório técnico destinado a incentivar, orientar e avaliar a participação cidadã infantil em comunidades escolares.

Breve histórico da infância

A identidade da infância foi sendo construída ao longo dos séculos e a cada alteração social, são registrados diferentes significados que convergem com a época a qual a infância está sendo vivida.

Os dois historiadores que se concentraram no estudo histórico da infância são Áries (1981) e Heywood (1978). Eles iniciam a jornada da infância a partir do século XII. Até esse século, o índice de mortalidade infantil era demasiadamente alto devido a poucas condições de higiene e saúde da época. Assim, aquelas crianças que sobreviviam eram tratadas com indiferença na sociedade, tanta que a infância não foi retratada em obras artísticas da época (Áries, 1981; Heywood, 1978). Aqui, as crianças possuíam pouca identidade própria, sendo meras repetidoras das atividades realizadas pelos adultos. Em muitos casos eram vistas como animaizinhos para diversão, assim, logo que alguma falecessem, eram simplesmente substituídas. As meninas e os meninos eram tratados de forma bem diferenciada, uma vez que as meninas eram taxadas como fruto de alguma proibição, libertinagem ou desobediência sexual (Heywood, 1978).

Nos séculos XV, XVI e XVII é que a criança foi notada. Todavia, não em suas especificidades. Aqui era tratada como um adulto em miniatura, uma tábula rasa pronta para ser moldada. O primeiro reconhecimento do infante está ligado a escola, local onde eles deveriam integrar antes de se apresentarem ao mundo dos adultos.

Somente no século XVIII é que a criança começa a ser retratada em obras de arte. Nos séculos XIX e XX a infância passa a interessar às famílias, tirando a criança do anonimato. Contudo, até grande parte do século XX, sua identidade permeava como se fossem adultos imperfeitos. Somente em meados desse século foi que elas passaram a ser vistas como especiais e diferentes dos adultos, dignas de estudos próprios.

Já no contexto da infância brasileira, FONTES, 2005 (p.88), afirma

é importante ressaltar que a história da infância no Brasil se confunde com a história do preconceito, da exploração e do abandono, pois, desde o início, houve diferenciação entre as crianças, segundo sua classe social, com direitos e lugares diversos no tecido social.
(FONTES, 2005, p.88)

Como um sujeito de direitos, a criança do século XXI é vista, tem espaço na sociedade e voz ativa onde quer que esteja. Porém, há ainda a necessidade de compreender como pode ser

aproveitada essa voz que o infante traz consigo e se, como pontuado por Fontes, de fato a escuta à criança está ligada ao espaço o qual ela ocupa socialmente.

Criança, que sujeito é esse?

O que é ser criança? Qual o significado da infância? Quem é o sujeito que compõe a infância? Essa pergunta perpassa por inúmeros significados traçados de acordo com a concepção e local que se quer definir: biológica, sociológica, psicológica, antropológica, etc. Segundo o dicionário Michaelis, criança é o ser humano que encontra-se na infância. Já o estatuto da Criança e do Adolescente (1990) (ECA), em seu segundo artigo, expõe que “Considera-se criança [...] a pessoa até doze anos de idade”. Todavia, o conceito de criança e infância não pode ser resumido a mera definição de faixa etária. Como exposto por Abreu, 2017 (lista de significados), etimologicamente, a palavra criança vem do latim *CREARE*, que significa produzir, erguer, crescer; já infância, advém de *INFANTIA*, que significa sujeito incapaz de falar.

Entretanto, esse significado acaba tornando-se contraditório na sociedade atual, visto que na infância, as crianças já são consideradas sujeitos de direito e com voz ativa. Dialogando com essa perspectiva, a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, prevê a participação autônoma da criança e em atividades e decisões que as afetam diretamente, sendo indicado que o(a) infante tem direito à liberdade de procurar, receber e divulgar informações por qualquer meio escolhido para tal.

Ao se pensar no contexto educacional, em que se pauta essa pesquisa, o principal documento norteador utilizado aqui será a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que rege a educação hoje no Brasil. A Base é estruturada com marcos documentais que orientam a educação brasileira. Traz em si o conceito de criança

[...]como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social [...] (Brasil, 2017, p.38)

A BNCC tem como um de seus objetivos equalizar a educação nacional a partir do desenvolvimento de competências e habilidades, as quais se adequam as novas demandas apontadas em relação a geração que abrange a infância atual: a Geração Alfa.

Denominada por Mark McCrindle como Geração Alfa, ela é composta de sujeitos nascidos após uma década do século XXI. Seu principal contexto é a globalização, usuários de celulares, tablets e aplicativos, conectados de forma direta em redes sociais, dentre outros tantos recursos tecnológicos.

A Geração Alfa é filha das Gerações Y e Z, as quais apresentam redução da prole. Sendo assim, os nascidos nessa geração terão menos irmãos e mais atenção da família, o que pode acarretar em uma geração mais narcisista e consumista. Outro ponto a ser relevante a ser exposto é o fato dessa geração mudar a seu prisma em relação a educação. Aqui, há maior uso de recursos tecnológicos, sendo usados de forma intuitiva, e as estratégias educacionais passam a ser pautadas na resolução de problemas, no raciocínio lógico, no letramento, nas vivências e experimentações e nas competências e habilidades indicadas pela BNCC.

Participação da Infância na Sociedade

Para Heywood (2004, p.236), “a criança é um constructo social que se transforma com o passar do tempo e, não menos importante, varia entre grupos sociais e étnicos dentro de qualquer sociedade”. Vislumbrando tal óptica, alguns estudiosos perceberam a infância de maneira diferenciada, valorizando suas especificidades e apoiando-as com caráter crítico de sua participação social. Dentre esses, foram escolhidos para referenciar esse trabalho o psicólogo russo Lev, Vigotski em sua *Interação Dialética*, o filósofo Walter Benjamin com a noção de experiência na infância, ambos com contribuições do início do Séc. XX, mas que ainda norteiam o pensamento sobre a criança enquanto sujeito social ativo. Do Brasil, e contemporaneamente, pretende-se trazer as contribuições do pesquisador Jader Moreira Lopes e seus estudos pautados no *Geografia da Infância*.

Lev Vigotski, que viveu entre 1897 a 1934, foi um estudioso do contexto histórico-cultural que abarca os processos psicológicos humanos. Seus principais trabalhos consistiam na pesquisa sobre a filogenética (desenvolvimento da espécie a qual o indivíduo pertence), a ontogenética (desenvolvimento do indivíduo) e histórico-social (histórico de vida do indivíduo a partir do contexto o qual está inserido). Tais estudos foram pautados no contexto social em que o sujeito participa, relacionado principalmente no desenvolvimento infantil, metodologia classificada

como dialética.

Na década de 1920, seus estudos foram destinados a ciência que estuda os aspectos biológicos, psicológicos e antropológicos da infância, a Pedologia. Segundo Rego,

Vigotski e seus seguidores se dedicavam principalmente à construção de estudos-pilotos que pudessem atestar a ideia de que o pensamento adulto é culturalmente mediado, sendo que a linguagem é o meio principal dessa mediação. (Rego, 1995, p.31)

A partir desse objeto de estudo, foram estabelecidas teses. Uma delas é a Interação Dialética, definida pelas características humanas, sendo que para atender suas demandas, desde o nascimento, o sujeito modifica o meio o qual vive, e em contrapartida, o meio o modifica também. Assim, o comportamento humano muda a sociedade e a sociedade já transformada, influencia o comportamento futuro dos seres humanos, efetivando assim um constante movimento.

Seguindo essa dinâmica, o filósofo alemão Walter Benjamin (1892-1940), apoia-se na linha dialética materialista, fundamentada por Marx. Mesmo não tendo escrito especificamente sobre educação e infância, Benjamin teve um olhar para o infante e a educação social ao traçar conceitos sobre a noção de experiência. O filósofo expôs que os adultos veem as crianças desmerecidamente em função da falta de qualidade das experiências vivenciadas por elas. Todavia, a visão trazida pela infância caracteriza a qualidade da participação do infante no contexto sócio-cultural ao qual se insere.

Um ponto relevante dos estudos de Benjamin, é a diferenciação do conceito de vivência e experiência. Segundo Reis (2014),

Erlebnis é a vivência do indivíduo isolado em sua história pessoal, apegado unicamente às exigências de sua existência prática, à sua cotidianidade, é a impressão forte que precisa ser assimilada às pressas, que produz efeitos imediatos.[...] Já a *Erfahrung* é o conhecimento obtido através de uma experiência que se acumula, que se prolonga, que se desdobra, “como numa viagem”, observamos que o sufixo *fahren* em alemão designa a ação de viajar, assim o sujeito integrado numa comunidade dispõe de critérios que lhe permitem ir sedimentando as coisas com o tempo. Significa o modo de vida que pressupõe o mesmo universo de linguagem e de prática, associando a vida particular à vida coletiva e estabelecendo um fluxo de correspondências alimentado pela memória. (REIS, 2014, p.4)

Alinhado a esse conceito, Jader Janer Moreira Lopes, estudioso contemporâneo da educação, estabelece na Geografia da Infância, a participação ativa da criança como reconstrutora dos

espaços que ocupa. A partir de suas experiências construídas socialmente e sua voz latente, os infantes produzem de maneira ativa a cultura da infância e de territorialidades traçadas para/por elas. A Geografia da Infância propõe a dialética entre as crianças e as infâncias, partindo das espacialidades (paisagem, território e lugar), com bases na geografia humanística, traçadas no encontro entre pessoas e o espaço e a as convergências entre seus componentes.

Lopes (2018), esclarece que a vivência única se transforma em vivência coletiva, o que propicia a centralidade dos seres, não estabelecendo uma periferia onde por vezes, era estabelecido o lugar da criança. Assim, expõe a importância de se dar voz a criança na participação social. Em uma de suas obras, Lopes cita Vigotski, com a proposta do binômio entre desenvolvimento da criança e sua personalidade e o meio em que o infante vive, nesse caso, tanto o espaço geográfico quanto o tempo histórico ocupado.

A partir desse constructo, Lopes ainda ressalta que “a criança não está no espaço, não está no território, não está no lugar, não está na paisagem, ela é o espaço, ela é o território, ela é o lugar, a paisagem, por tanto, uma unidade vivencial.”(LOPES, 2018, p.49).

Cidadania e infância

A conquista dos direitos das crianças datam da segunda metade do século XX, com o estabelecimento da Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), da Convenção Mundial dos Direitos das Crianças (1989), a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (199) e a Lei de Diretrizes e Bases (1996). Com isso, a primeira instância a se preocupar a criança como sujeito de direitos foi a escola. Essa noção estabelece o caráter cidadão da infância.

Martins (2015), explicita que

carater de construção da cidadania, [...] se dá na concretização dos diferentes projetos de vida, na articulação e contraposição de interesses, sejam eles coletivos ou individuais. Tal concepção possibilita superar a ideia de cidadania coisificada, “pronta”, a ser “aplicada” ou “comprada” no “mercado de direitos”. Estes (os direitos) são conquistas, resultantes das relações, negociações, oposições e lutas de força entre diferentes grupos e classes sociais, e não “dativas” ou “invenções” de certos grupos. O indivíduo é cidadão quando lhe é possível articular suas ações cotidianas, participando ativa e criativamente dos projetos individuais e coletivos nos diferentes contextos, e, conseqüentemente, assumir posições, responsabilidades quanto

7

aos interesses e destinos pessoais e dos grupos sociais. (Martins, 2015, p.14)

Nesse contexto, a pedagogia da participação traz em seus pressupostos que “a criança com direitos, compreende a sua competência, escuta a sua voz para transformar a ação pedagógica numa atividade compartilhada.” (Oliveira-Formosinho, 2008, p.33). Essa pedagogia afirma a necessidade da escuta à criança, que participa de maneira colaborativa. Oliveira-Formosinho ainda expõe que além de ouvir, é preciso registrar o que as crianças dizem, permitindo a efetivação de sua participação. Ainda afirma que a criança é um ser rico de recursos cognitivos capazes de participar ativamente e com qualidade em seu contexto, constroem as suas teorias através de uma constante procura, investigação de sentidos e significados sobre a vida cotidiana dentro e fora da escola.” (Oliveira-Formosinho, 2013, p.127). Assim, é necessário apoiar a construção cidadã na infância, concretizando a participação das crianças, de maneira que elas ocupem o território ao qual pertencem, relativizando suas necessidades e criando possibilidades de atuarem ativamente nesse espaço por meio do uso de sua voz e da escuta dessa voz pelo adulto.

Metodologia

A pesquisa apresentada utilizará como metodologia o grupo focal/roda de conversas. Definida por Kind (2004, p. 126) como “um procedimento de coleta de dados no qual o pesquisador tem a possibilidade de ouvir vários sujeitos ao mesmo tempo, além de observar as interações características do processo grupal. Tem como objetivo obter uma variedade de informações, sentimentos, experiências, representações de pequenos grupos acerca de um tema determinado”. São possibilidades de voz ativa às crianças e escuta das mesmas, apoiando o apuramento do diálogo crítico realizado e a investigação do contexto do grupo e suas possibilidades.

Resultados esperados

A presente pesquisa pretende vislumbrar o olhar apresentado pelas crianças no contexto social, a vistas de verificar as necessidades do território o qual ocupa e propor modificações nesse local de maneira que possibilite melhorias na qualidade de vida daquela comunidade.

Considerações Finais

Compreender a participação da criança como sujeito de direitos na sociedade é identificar o progressivo lugar que o infante ocupa desde tempos tenros. Ao refletir que a concepção de infância se modifica de acordo com os objetivos traçados pelos indivíduos que compõem o território na contemporaneidade, se faz urgente a participação qualitativa das crianças para a melhoria social. É na escola, local de direito e dever da infância, segundo espaço inicial de socialização do infante, que esse movimento deve ser trabalhado, incentivado e concretizado. A valorização da fala da criança se faz urgente, como a sua ocupação como sujeito histórico social.

Referências

- ABRAMOWICZ, A.; TEBET, G. G. D. C. Educação Infantil: um balanço a partir do campo das diferenças. *Pro. posições*, Campinas, SP, v. 28, p. 182-03, 2017.
- ABREU, FLAVIA LAURENTIIS E DOUGLAS, *RELACOES DA CIENCIA COM O TDAH*. Santa Catarina: 2017.
- ARIÈS, P. *A História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.
- BENJAMIN, Walter. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Duas Cidades; Ed.34, 2002.
- BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. 49ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- _____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2019.
- _____. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 2017: Ensino Fundamental Anos Finais*. Brasília: MEC, 2016.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2010.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Ministério da Educação. *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*. Brasília. vol.1,2008.
- BRUNER, Jerome Seimur. *Concepções de infância: Freud, Piaget, Vigostki*. 2012.
- CARBONELL, Jaume. *A aventura de inovar: a mudança na escola*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.
- CRAIDY, C.; KAERCHER, G. *Educação infantil: para que te quero?*. Porto Alegre: Artmed,

2002.

DIAS, Isabel Simões. Competências em Educação: conceito e significado pedagógico. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, v. 14, n. 1, p. 73-78, 2010.

FAZENDA, Ivani. (Org.). *Práticas interdisciplinares na escola*. São Paulo, Papirus, 1994.

FONTES, R. Criança. *Revista Presença Pedagógica*, v.11, n.61, p. 03-05, jan./fev. 2005.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. *Estudos e pesquisas em psicologia*, v. 7, n. 1, p. 0-0, 2007.

HEYWOOD, Colin. *Uma História da infância*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KISHIMOTO, T. M. A LDB e as instituições de educação infantil: desafios e perspectivas. *Revista Paulista de Educação Física*, São Paulo, v. 4, p. 7-14, 2001.

KUHLMANN JR., M. (2000). Educando a infância brasileira. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica. p. 469-496.

KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136, 2004.

LOPES, Jader Janer Moreira. *Geografia e Educação infantil: Espaços e tempos desacostumados*. Porto Alegre: Mediação, 2018. 112p.

MALETTA, Ana Paula Braz; DOS REIS, Magali. OS CURRÍCULOS PENSADOS PARA A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA NO BRASIL E EM PORTUGAL: alguns apontamentos!. *Revista Espaço do Currículo*, v. 12, n. 1, 2019.

REIS, Magali. *Campos de experiência e a prática pedagógica na educação da infância: diálogo com Walter Benjamin*. Didática e Prática de Ensino na relação com a Formação de Professores. EdUECE- Livro 2, 2014. Disponível em: <http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro2/CAMPOS%20DE%20EXPERIÊNCIA%20E%20A%20PRÁTICA%20PEDAGÓGICA%20NA%20EDUCAÇÃO%20DA%20INFÂNCIA%20DIÁLOGO%20COM%20WALTER%20BENJAMIN.pdf>. Acesso: 17 mai 2019.

MARTINS FILHO, Altino José; BARBOSA, Maria Carmem Silveira. Metodologias de pesquisas com crianças. *Reflexão e Ação*, v. 18, n. 2, p. 08-28, 2010.

MARTINS, Telma Aparecida Teles. Práticas pedagógicas na educação de crianças de zero a três anos de idade: concepções acadêmicas e de profissionais da educação. 2015. 304 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

Oliveira-Formosinho, Júlia, Tizuko Morchida, and Mônica Appezzato Pinazza. *Pedagogia (s) da Infância: dialogando com o passado construindo o futuro*. Artmed Editora, 2007.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. (Org) (2008), *A escola vista pelas crianças*, Porto, Porto Editora

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. (Org.) (2013) *Modelos curriculares para a educação de infância*. Porto: Porto Ed.

ROSEMBERG. Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, p. 25-63. 2002.

SANTOS, B. S. D.; ANTUNES, D. D.; BERNARDI, J. O docente e sua subjetividade nos processos motivacionais. *Educação*, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 46-53, jan/abr 2008.

VIGOTSKI, Levi Semionovich. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.